

Itamar decide esperar fim da CPI para fazer mudanças no Ministério

Insistência de Alexandre Costa em continuar no cargo pode precipitar extinção de sua pasta

PAMELA NUNES

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco fará em janeiro uma ampla reforma administrativa para montar a equipe que vai acompanhá-lo no último ano de governo. O presidente abandonou a idéia inicial de aproveitar a saída do ex-chefe da Casa Civil Henrique Hargreaves para fazer as mudanças e vai esperar o fim da CPI do Orçamento. A insistência do ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, em permanecer no governo apesar do seu envolvimento no esquema de manipulação do Orçamento, poderá precipitar para esta semana a extinção da pasta. O ministério do Bem-Estar Social, ocupado hoje pelo ministro Jutahy Magalhães Junior, também deve ser extinto nos próximos dias.

A reforma de janeiro será feita para permitir a saída de todos os ministros e principais auxiliares do presidente Itamar que pretendem disputar as eleições de 1994. O prazo final para a desincompatibilização, de acordo com a legislação eleitoral, é dia 2 de abril do próximo ano. Da atual equipe, só deverão ficar os ministros da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, da Previdência Social, Antônio Britto, e do Trabalho, Walter Barelli. Mesmo que eles decidam se candidatar nas eleições, eles deverão ficar com Itamar até o último dia do prazo de desincompatibilização.

DATA PREVÊ SAÍDA DE CANDIDATOS DA EQUIPE

Cardoso discutiu adiamento para janeiro com o presidente

O adiamento da reforma administrativa foi defendida por Cardoso e pelo líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS). Os dois justificaram o adiamento das mudanças com o argumento de que seria inconveniente fazer qualquer modificação mais profunda na equipe de governo até a conclusão das investigações do escândalo no Orçamento. A extinção dos ministérios da Integração Regional e do Bem-Estar Social atende a dois problemas imediatos: livra Itamar do cons-

trangimento causado pela presença de Costa e atende ao projeto da equipe econômica de enxugar a máquina administrativa.

Com o adiamento da reforma, a Casa Civil ficará interinamente sob responsabilidade do assessor jurídico Tarcísio Carlos Almeida Cunha e terá suas funções esvaziadas. O secretário-geral da Presidência, Mauro Durante, cuidará da parte administrativa do gabinete. A articulação política do governo será assumida integralmente pelos líderes no Congresso. A decisão de adiar a reforma administrativa foi sacramentada na sexta-feira, pouco antes da viagem do presidente Itamar para Juiz de Fora, onde passa o feriado.



Sérgio Amaral/AE—7/10/93